ATA DA NONAGÉSIMA QUARTA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE RORAIMA – CAU/RR.

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às nove horas e vinte minutos, na sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Roraima – CAU/RR, situado na Avenida Major Willians, número novecentos e treze, no bairro centro, na Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, reuniram-se os Conselheiros Estaduais, para a realização da 94ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Roraima. Preside a Sessão presidente Jorge Romano Netto, estando presentes os conselheiros Arq. Urb. Rodrigo Edson Castro Avila, Rondinelle Hudson Pereira Albuquerque, Sharonn Lorrayne Mendes Torreias, Max Weber Carvalho Feitosa, Luiz Afonso Maciel de Melo, a gerente geral Ingrid Skarlet Rosas de Souza, e a assessora Simone Oliveira Grigoletto da Silva. **VERIFICAÇÃO DO QUÓRUM** – após a verificação do quórum, o presidente informa que há quórum. **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO** - Iniciando a Sessão Plenária com Execução do Hino Nacional. **APROVAÇÃO DE ATA Nº 93.** O presidente colocou em votação e os conselheiros presentes que estavam na Sessão Plenária aprovaram. **ORDEM DO DIA: COMUNICADOS:** O presidente deu boas vindas e informou que será realizado na Prefeitura de Boa Vista a homologação no dia 19 de Dezembro e solicita que o Conselho fizesse presente pois o mesmo estará em Brasília para o último Fórum dos Presidentes. Informou que ouve uma reunião com o Deputado Federal Édio Lopes juntamente com o representante do CREA. E nesta reunião foi proposto que este Conselho juntamente com o CREA fizessem uma parceria para fiscalizar juntos para a melhoria da fiscalização. Informou das análise dos projetos do Corpo de Bombeiros, SMTRAN. O conselheiro Luiz Afonso pediu a palavra e pediu para este Conselho ter uma cautela a essas ações que o Conselho irá tomar para não ser prejudicado e o conselheiro Rodrigo também concordou. **Item 1 (Um) APROVAÇÃO DO CALENDÁRIO 2020:** O presidente passou a palavra para a gerente geral Ingrid que informou que para não haver problemas com datas com as plenárias ampliadas e fórum dos presidentes conforme calendário do CAU/BR e se o Conselho precisar aprovar alguma matéria que precise ir para o CAU/BR foi incluído no calendário nossas reuniões de comissões e plenárias do nosso conselho antes dos referidos eventos. Após análise de todos os meses com as devidas reuniões, feriados e pontos facultativos, o presidente colocou em votação e foi aprovado por unanimidade. **2 (Dois): RELATÓRIO ANUAL DAS COMISSÕES: CAUERI, CEPEF E COFAP**: O presidente para o coordenador Max da Comissão de Política Profissional, Arquitetônica, Urbana, e Relações Institucionais - CAUERI que relatou que a comissão foi criada após a aprovação da reprogramação orçamentária com o objetivo de desenvolver melhor a atividades planejadas. As ações realizadas foram: Criação da comissão das calçadas, por solicitação da Prefeitura Municipal de Boa Vista; Participação no Conselho Municipal e Estadual, o qual a conselheira Perpetua foi designada para acompanhar as sessões e no final do ano de o coordenador desta comissão começou a acompanhar também a conselheira; O coordenador participou de três encontros nacionais, do qual, um esteve presente o ministro designado em conjunto com o conselheiro federal Nikson; Foi realizados vários diálogos com representantes do nosso estado, deputados e vereadores que se comprometeram em se engajar juntamente com esse conselho na comissão de construção da câmara de vereadores, ação está que está em negociação e parceria com IAB, o alvará online, proposta da instituição no ano anterior foi aderida com o pedido de uma capacitação para os profissionais. As ações não realizadas foi a capacitação dos profissionais no sistema de Alvará online, pela inconsistência do sistema do qual a prefeitura está em processo de correção e o diálogo com a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Após análise do relatório o presidente colocou em votação e foi aprovado por unanimidade. O presidente passou a palavra para o coordenador Luiz Afonso da Comissão de Ética, exercício Profissional, ensino e Formação CEPEF, o qual foi relatado que fora registrado noventa e nove profissionais aprovados, nove registros de interrupção, sendo seis de empresas e três de pessoa física e registro de dez empresas; Três processos éticos, sendo destes, um não

acatado, um conciliado e um em andamento; Dez viagens entre treinamentos, seminários e encontros, destes de exercício profissional e ética, nenhum de ensino e formação; Uma capacitação ao profissionais de Precificação no mês de outubro deste exercício. Após análise o presidente colocou em votação e foi aprovado por unanimidade. O presidente passou a palavra para o coordenador Rodrigo da Comissão de Organização, Finanças, Administração e Planejamento – COFAP, o qual relatou que as ações realizadas foram as seguintes: Análise financeira, criação do cargo de secretário geral; Normativas sobre as diárias e deslocamentos dos conselheiros estaduais e funcionários, ementa de horário de funcionamento e da jornada de trabalho e acompanhamento de banco de horas dos servidores, controle de jornada de ponto do cargo de gerente geral, relatórios anuais de 2018, trimestrais de 2019, análise de contratos em andamento 2019, reprogramação orçamentária, plano de ação e orçamento 2020. As ações em andamento são as de normativas de fluxo de processos financeiros. O Presidente informou que o gerente administrativo financeiro na última reunião de Comissão apresentou as ações financeiras que foram realizadas nesse Conselho e que o mesmo não está participando da reunião pois está dando suporte à auditoria que está acontecendo no Conselho. Após análise dos conselheiros o presidente colocou em votação e foi aprovado por unanimidade. O presidente passou a palavra para a coordenadora Sharonn da Comissão de Assistência Técnica de Interesse Social, - CATHIS a qual relatou as seguintes ações realizada: Projeto de ATHIS no município de Mucajaí, Seminário Nacional de ATHIS/CAU-BR em parceria com nosso conselho, catalogação de áreas à serem atendidas, viagens no município de Mucajaí e treinamento para pessoas de baixa renda em construção civil- pintura, em parceria com o IAB. As ações não realizadas foram a parceria do escritório modelo com a Universidade Federal de Roraima e a parceria com a prefeitura de Mucajaí. Após análise dos conselheiros, o presidente colocou em votação e foi aprovado por unanimidade. **Item 3 (três) REGISTRO DE PESSOA FÍSICA, INTERRUPÇÃO DE REGISTRO E RRT EXTEMPÔRANEO E RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO:** O presente Jorge leu o MEMO Nº 071/19 – GETEC/CAU-RR do registro de pessoa física do profissional ALISSON CRISTIANO DA SILVA. Leu o MEMO Nº 069/19 – GETEC/CAU-RR da interrupção de registro do profissional JOSÉ GUILHERME FERNANDES QUEIROZ, registrado no CAU Nº A114407-3, e o MEMO Nº 07/19 GERTEC/CAU-RR da solicitação de RRT extemporâneo do profissional CESAR DE SOUZA CARDOSO, registrado no CAU Nº A53478-1. O presidente colocou em votação as homologações as quais foram analisadas pelos conselheiros e foi aprovado por unanimidade. RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO: O presidente relatou que conforme foi discutido na CEPEF a sua insatisfação do relatório anual que foi apresentado pelo número de visitas feitas nas obras e notificações e propôs que semana que vem a gerente técnica juntamente com o assessor de fiscalização desse andamentos nas visitas e propôs que seja entrega para o relatório somente no final do mês. Indagou qual a possibilidade do assessor se tornar fiscal e o conselheiro Nikson juntamente com o aval do assessor jurídico informaram que como nosso regimento interno diz que esse cargo somente poder ser admitido por concurso público, Nikson informou ainda que o assessor de fiscalização pode até fiscalizar mas, não pode assinar como fiscal. O conselheiro Luiz Afonso propôs também deixar para entregar o relatório para o CAU/BR no final de janeiro pois o Conselho pode perder as verbas pois a primazia desse do Conselho é ações de fiscalização. Foi discutido a possibilidade da tirar o cargo de CPL da fiscal para não atrapalhar as atividades de fiscalização e a gerente geral Ingrid informou que não atrapalha pois conforme deliberação assinada por esse conselheiro e em reunião coma equipe de fiscalização, a fiscal tem dias específicos para fazer as atividades da CPL. Informou ainda que o problema está na falta de empenho da referida fiscal e que pode ser feita advertência na referida funcionária. Após análise dos fatos o presidente colou em votação a matéria e foi aprovada por todos o envio do Relatório Anual de Fiscalização 2019 só no final do mês e janeiro de 2020. **Item 4 (Quatro) RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHEIRO FEDERAL:** O presidente passou a palavra para o conselheiro federal Nikson Dias que relatou suas ações no ano de 2019. Informou que participa de duas comissões no CAU/BR, Comissão de

Políticas Urbanas – CPUA e Comissão de Ética. Suas ações na CPUA informou que teve várias frente de trabalho e uma das importantes foi a criação do projeto CAU/EDUCA, que através de sua experiência com seu filho elaboraram uma cartilha que relata da educação com o meio ambiente e que através dessa cartilha foi analisado pelo Ministério da Educação a qual apoio a proposta do CAU/BR e que estão elaborando além da cartilhas, matérias para aulas nas escolas e através desse projeto abre um leque onde os profissionais de arquitetura posam entrar nas escolas com o intuito de formarmos cidadãos que se preocupam com o urbanismo do país. Relatou também que a comissão está tratando da política habitacional em conjunto com o Ministério de Desenvolvimento Regional e estão elaborando um vouche no projeto minha casa minha vida do Governo Federal. Informou dos Projetos de Leis que caminham na Câmara que os mais importantes são a PL 80 e a PL 108 e informou da suma importância desse conselho está sempre em contato com nossos representantes. Informou que houve um Seminário da CPUA onde o coordenador Max participou onde o tema principal foi as políticas regionais, onde foi elaborado um projeto em CPUA Itinerante, onde todas as regiões participaram e que através dos relatos desses dados das regiões será elaborado um documento da comissão para que seja entregue no Ministério das Cidades. Na Comissão de Ética o conselheiro federal Nikson informou que foi feito um levantamento dos processos rotineiros dos CAU´s e que cerca de 44% dos processos são de processos referentes à contratos, outros são de patologias e anomalias e que as dúvidas maiores referente a esses processos são a ética ou a competência do profissional. E terminaram as atividades com a revisão da Resolução 143 que se refere o passo a passo do processo ético, onde foi criado à terceira instância, e explicou como funcionará após aprovação que será em meados de julho de 2020. O presidente indagou o conselheiro Nikson referente a PEC do Conselhão e o mesmo informou que os conselhos não estão muito de acordo pois, nem todos estão de acordo com a PEC, informou ainda que, se passar dos 55% iremos perder o direito de fiscalizar, a obrigatoriedade de se registrar nos conselhos e abre a porta para profissionais estrangeiros trabalharem no Brasil, o caso de livre mercado. **Item 5 (Cinco) – APROVAÇÃO DO CONCURSO TCC**: O presidente Jorge indagou sobreo o edital para o concurso do TCC que desde o mês de junho foi proposto e que nenhuma posição foi tomada. O conselheiro Luiz Afonso propôs montar uma comissão para ser elaborado o referido edital e propôs os nomes dos referidos conselheiros: Rondinelle, Ygor e conselheira Sharonn. Após análise dos conselheiros foi aprovado por unanimidade. **EXTRA PAUTA: 1. EMPRESA DE MARKETING:** O presidente passou a palavra para a conselheira Sharonn que relatou que no dia onze de dezembro participou juntamente com a assessora Simone da reunião com o senhor Icaro, responsável pela empresa de marketing e que o mesmo trouxe o planejamento das atividades do mês de dezembro. A conselheira e observou que o mesmo tem dificuldades de aceitar as propostas que propomos e que foi analisado ponto. A conselheira Sharonn propôs ao plenário que envie um documento para a empresa solicitando que quando a empresa enviar as matérias para serem aprovadas, seja solicitado um prazo de pelo menos dois dias para a equipe responsável pela análise tenha tempo de analisar e corrigir possíveis erros para que as matérias sejam publicadas. O conselheiro Max concordou com a proposta da conselheira e propôs que, caso a empresa não cumpra esse prazo para análise seja rescindido o contrato. Após análise e discursão da matéria foi aprovado por unanimidade. **2. ESCRITÓRIO MODELO UFRR:** O presidente passou a palavra para o conselheiro Max que indagou da parceria que o conselho tem com o escritório modelo da Universidade Federal de Roraima e questionou o plenário informando que o profissional que está à frente do escritório modelo está inadimplente com o Conselho, Após análise dos conselheiros foi acordado elaborar um documento para a Universidade para averiguação. **3. ÁUDIO:** O presidente passou a palavra para a conselheira Sharonn que relatou após a reunião de comissões do dia doze de dezembro observou que tinha um celular do conselho estava gravando, relatou que se assustou e rapidamente desbloqueou o celular e apagou a gravação. A gerente geral informou afirmou que não era o do conselho e sim o particular da assessora. O presidente indagou novamente qual o celular que estava gravando e a conselheira afirmou que era o do conselho. O presidente passou a

palavra para a assessora que informou que, desde que foi admitida para essa função tinha solicitado um gravador para as reuniões e que a gerente geral informou que não precisava pois a mesma iria providenciar um aparelho de celular para as referidas reuniões. A assessora relatou ainda que solicitou autorização para a gerente geral e do presidente para fazer a gravação no celular particular da mesma pois só um aparelho seria muito arriscado para fazer gravações até que fosse instalado um programa de gravação no notebook do Conselho, e foi autorizado pela gerente geral e o presidente. A gerente geral negou as informações. O conselheiro Rodrigo propôs ao presidente que abrisse um procedimento para apurar a referida denúncia. Após análise dos fatos foi acordado que o presidente fizesse esse procedimento. **ENCERRAMENTO:** Após todos os informes, o presidente Jorge Romano encerrou a Sessão Plenária às onze horas e vinte e três minutos, nada mais havendo a ser discutido.

Boa Vista-RR, 12 de dezembro de 2019.

Arq. Urb. Jorge Romano Netto
Presidente do CAU-RR

Arq. Urb. Luiz Afonso Maciel de Melo
Conselheiro Titular

Arq. Urb. Sharonn L. Mendes Torreias
Conselheiro Titular

Arq. Urb. Rodrigo Edson Castro Avila
Conselheiro Titular

Arq. Urb. Max Weber Carvalho Feitosa
Conselheiro Titular